

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v13i1.51543>

Grupos focais on-line em pesquisa social aplicada: avaliando o sistema socioeducativo sob a ótica dos atores

*On-line focus groups in applied social research: evaluating the
socio-educational system from the actors' perspective*

*Grupos focales en línea en investigación social aplicada:
evaluando el sistema socioeducativo desde los actores*

Melissa de Mattos Pimenta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo O presente artigo analisa a transição metodológica de uma pesquisa nacional de avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para o ambiente virtual, em decorrência da pandemia de COVID-19. O estudo priorizou a realização de grupos focais on-line com profissionais das equipes técnicas e membros do Sistema de Justiça (magistrados, promotores e defensores públicos). Discutem-se as vantagens da estratégia, como a quebra de barreiras geográficas e a troca de experiências interinstitucionais, bem como os desafios técnicos e as limitações na apreensão da linguagem corporal e na privacidade dos participantes. A análise revela que, embora a tecnologia tenha viabilizado a continuidade da pesquisa, ela também evidenciou desigualdades de infraestrutura e novas dinâmicas de poder no Sistema de Garantia de Direitos. Conclui-se que a experiência digital ofereceu um prisma crítico sobre a integração institucional, apontando caminhos para uma articulação mais orgânica e menos fragmentada no atendimento socioeducativo brasileiro.

Palavras-chave: SINASE; grupos focais on-line; socioeducação; pesquisa social aplicada.



Abstract The article analyzes the methodological transition of a national evaluation research of the National Socio-Educational Attendance System (SINASE) to the virtual environment, due to the COVID-19 pandemic. The study prioritized on-line focus groups with technical teams and members of the Justice System. The advantages of the strategy are discussed, such as breaking down geographical barriers and the exchange of inter-institutional experiences, as well as technical challenges and limitations in body language and participant privacy. The analysis reveals that while technology enabled the continuity of the research, it also highlighted infrastructure inequalities and new power dynamics within the Rights Guarantee System. It concludes that the digital experience offered a critical prism on institutional integration, pointing towards more organic and less fragmented articulation in Brazilian socio-educational care.

Key-words: SINASE; on-line focus groups; socio-education; applied social research.

Resumen El artículo analiza la transición metodológica de una investigación nacional de evaluación del Sistema Nacional de Atención Socioeducativa (SINASE) al entorno virtual, debido a la pandemia de COVID-19. El estudio priorizó la realización de grupos focales en línea con profesionales de equipos técnicos y miembros del Sistema de Justicia. Se discuten las ventajas de la estrategia, como la superación de barreras geográficas y el intercambio de experiencias, así como los desafíos técnicos y las limitaciones en la comunicación no verbal y la privacidad. El análisis revela que, si bien la tecnología permitió la continuidad de la investigación, También evidenció desigualdades de infraestructura y nuevas dinámicas de poder en el Sistema de Garantía de Derechos. Se concluye que la experiencia digital ofreció una perspectiva crítica sobre la integración institucional, señalando caminos hacia una articulación más orgánica y menos fragmentada en la atención socioeducativa brasileña.

Palabras clave: SINASE; grupos focales en línea; socio educación; investigación social aplicada.

Recebido em 30-01-2026

Modificado em 05-03-2026

Aceito para publicação em 21-03-2026

Introdução

A justiça juvenil no contexto brasileiro é regida pela Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou a execução das medidas destinadas a adolescente que praticou ato infracional. Além disso, a Lei prevê a instituição e a manutenção dos processos de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, incluindo seus planos, entidades e programas. O capítulo V da Lei prevê que a União realize, a cada três anos, avaliações periódicas da implementação do SINASE junto a estados e municípios, a fim de “verificar o cumprimento das metas estabelecidas e elaborar recomendações aos gestores e operadores dos Sistemas” (Brasil, 2012). Ainda no âmbito da Lei, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Sistema Socioeducativo, cujo principal objetivo é verificar se as metas do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo estão sendo cumpridas. A metodologia empregada prevê, entre outras estratégias de avaliação, a “avaliação institucional externa, contemplando a análise global e integrada das instalações físicas, relações institucionais, compromisso social, atividades e finalidades das instituições de atendimento e seus programas” (Brasil, 2012).

Devido às mudanças políticas decorrentes do processo de impeachment em 2015, a execução da pesquisa de avaliação do SINASE ocorreu apenas em 2018. . A avaliação foi viabilizada por meio de um acordo entre o Centro de Estudos Internacionais sobre Governos (CEGOV), um centro de pesquisa interdisciplinar vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que financiou o projeto PNUD/BRA 10/007 – Boas Práticas na Implantação e Implementação dos Sistemas Nacionais para a Infância e a Adolescência. O monitoramento e a avaliação dos produtos foram realizados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), que à época estava sob a égide do Ministério dos Direitos Humanos (MDH).

A pesquisa previa duas etapas, sendo a primeira quantitativa, realizada entre 2019 e 2020 e uma segunda etapa, qualitativa, envolvendo visitas técnicas às unidades de atendimento socioeducativo e grupos focais com equipes técnicas, operadores do sistema de justiça e adolescentes. Contudo, ambas as etapas foram profundamente afetadas pela pandemia de COVID-19. Este artigo discute a metodologia empregada na pesquisa de avaliação na elaboração do diagnóstico do sistema nacional de socioeducação e na identificação dos problemas de implementação, refletindo sobre os seus alcances e limites impostos pelo contexto pandêmico. Em particular, analisa as implicações da realização de pesquisa social aplicada à avaliação em âmbito nacional, em instituições que apresentam variações regionais e estaduais significativas na sua forma de organização, gestão e aplicação das medidas socioeducativas.

Na segunda etapa da Pesquisa de Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi adotada uma abordagem qualitativa de pesquisa, com o objetivo de aprofundar o entendimento de como se realiza na prática a articulação entre os diferentes profissionais que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A escolha por essa abordagem baseou-se na necessidade de compreender a dinâmica das relações sociais, e como elas atuam no universo dos significados, das crenças e dos valores (Minayo, 2001).

Além do mais, é importante destacar que a aplicação de questionários no levantamento de tipo *survey*, que caracterizava a primeira etapa da pesquisa, apresentou desafios significativos que evidenciam alguns dos desafios da pesquisa social aplicada. Em primeiro lugar, devido à complexidade no mapeamento de contatos para o envio de questionários. Isso se deve à dificuldade de obter informações precisas e contatos diretos por meio de sites institucionais (governos de estado, secretarias e prefeituras). Em segundo lugar, devido à baixa adesão dos profissionais do sistema de justiça juvenil na etapa quantitativa, o que gerou uma lacuna significativa de dados. Adicionalmente, a equipe de pesquisa constatou a inexistência de uma padronização nas atribuições e competências entre os membros do SGD. A ausência de um sistema estruturado de forma homogênea no território nacional reiterou a necessidade de uma investigação qualitativa pormenorizada, capaz de captar essas distintas realidades locais, por meio do contato direto com operadores do sistema de justiça juvenil e equipes técnicas.

A segunda etapa foi desenvolvida por meio de procedimentos qualitativos de produção de dados, realizados de forma exclusivamente virtual, em razão da pandemia de COVID-19. Ainda no projeto de pesquisa havia sido proposta a realização de grupos focais contando com a participação de dois conjuntos de atores: os profissionais que compõem as equipes técnicas das unidades de atendimento socioeducativo de privação de liberdade e em meio aberto, e aqueles que fazem parte do Sistema de Justiça, como magistrados, promotores e defensores públicos.

Assim, se na primeira etapa o objetivo foi avaliar o estágio de implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo a partir da adoção de uma perspectiva quantitativa, na segunda buscou-se, de forma a complementar os resultados já obtidos, conhecer o estágio de integração do Sistema Socioeducativo por meio das percepções dos sujeitos diretamente envolvidos: profissionais das equipes técnicas das unidades de atendimento socioeducativo – tanto de privação de liberdade quanto de meio aberto – além de magistrados, promotores e defensores públicos.

Embora o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) envolva um conjunto mais amplo de atores – como conselhos tutelares e gestores de políticas de assistência social, educação, saúde e segurança pública –, este estudo delimitou-se às equipes técnicas e aos membros do Sistema de Justiça. Essa escolha permitiu aprofundar a análise sobre a articulação entre esses profissionais em etapas cruciais: desde o

ingresso do adolescente no SINASE e a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), até o cumprimento e o desligamento da medida socioeducativa, abrangendo os regimes de meio aberto, semiliberdade e internação. Nessa etapa, os objetivos principais eram: a) Identificar os fatores (obstáculos e potencialidades) intervenientes no processo de implementação do SINASE, bem como conhecer os seus principais resultados; b) Analisar, de forma qualitativa, como se encontravam as relações entre as instituições que fazem parte do SINASE em nível local, estadual e nacional; c) Apontar sugestões para aprimorar a implementação do SINASE. Dessa forma, foi possível aprofundar os principais resultados obtidos na primeira etapa, além de compreender como se dá a articulação do SINASE nos diferentes momentos da passagem do adolescente pela privação de liberdade e, por fim, identificar as principais dificuldades na articulação entre as unidades de atendimento socioeducativo e o SGD.

A aplicação de grupos focais on-line na produção de dados qualitativos

Para essa etapa, também em nível nacional, foi utilizada a técnica de grupos focais *on-line* com os profissionais das equipes técnicas das unidades de atendimento socioeducativo e do meio aberto, bem como membros do Sistema de Justiça. Ressalta-se que a proposta original também abrangia a observação *in loco* nas unidades de internação, semiliberdade e internação provisória. Todavia, devido à situação sanitária do país decorrente da pandemia COVID-19, foi necessário adaptar a técnica de grupos focais para o modelo exclusivamente virtual, por meio de atividades síncronas (reuniões, seminários e grupos focais). Além disso, o acesso restrito aos adolescentes e familiares por parte da equipe de pesquisa tornou inviável contar com a participação dos principais beneficiários da política de atendimento socioeducativo.

A técnica de grupo focal permite captar o que as pessoas sentem ou pensam a respeito de um ou mais assuntos, através da interação entre os participantes. Nesta pesquisa, em específico, buscou-se conhecer as percepções dos interlocutores sobre os fatores que favorecem ou dificultam a implementação do SINASE em nível institucional, estadual e nacional, bem como a situação de tal processo e outros aspectos concernentes.

Outrossim, essa técnica consiste em um debate sobre determinados temas em grupos de, preferencialmente, seis a dez pessoas, onde o pesquisador é o moderador e um assistente de pesquisa faz anotações, grava e filma a interação. Nesta técnica é importante captar a interação entre os participantes (Flick, 2004:188), aspecto que a distingue da “entrevista em grupo” ou das “discussões em grupo”. Segundo Pimenta (2014) a importância da interação entre os participantes é central nos grupos focais:

É a partir do que os outros dizem que os membros de um grupo são estimulados a refletir sobre suas próprias experiências, recapitular eventos, expressar opiniões e produzir informações que interessam ao pesquisador. Diferentemente das entrevistas face-a-face, em um grupo focal os participantes passam mais tempo ponderando e debatendo sobre uma questão e vários pontos de vista podem ser alcançados e contrastados ao mesmo tempo. Além disso, o fato de os membros possuírem alguma característica em comum contribui para reforçar o sentimento de pertencimento ou de compartilharem algo, o que em geral tende a deixar as pessoas mais à vontade para falar de coisas sobre as quais não se sentiriam confortáveis em uma situação de entrevista. Outro aspecto interessante é que o moderador pode selecionar os diferentes pontos de vista e explorá-los (Pimenta, 2014:217).

A sua força reside, por um lado, na revelação dos significados supostos pelas pessoas sobre o(s) tópico(s) em debate, e, por outro, na “maneira pela qual elas negociam esses significados” (Lunt & Linvingston, 1996:96 *apud* Flick, 2009:189). Com efeito,

[...] por meio da interação, as ideias subjacentes de cada indivíduo fluem juntas, dando origem a um discurso grupal que reflete as ideias compartilhadas pelos membros do grupo. No curso de seu desenvolvimento, acordos e desacordos são buscados e desejos, necessidades e crenças - a informação pré-formada na mente do indivíduo que contrasta com a de outros e que vem das lições da vida cotidiana, das experiências de vida e do que é percebido através deles - são revelados. Essas manifestações têm seus referentes na realidade social. Em suma, a função fundamental do grupo é revelar os sentimentos ou pensamentos de pessoas com determinado perfil em relação a um tema, com o objetivo de generalizar os resultados para uma população - isso se refere à representatividade qualitativa e não à generalização estatística. O objetivo é que a forma como os participantes vivenciam um fenômeno (os sentimentos que emergem, dimensões ou perspectivas para pensar sobre ele, motivos, atitudes, etc.) seja reflexo de como as pessoas com seu perfil o vivenciam (Murgado-Armenteros *et al.*, 2012:76, tradução nossa).

O emprego da técnica de grupos focais presenciais é bastante consolidado, tanto na área das ciências sociais, quanto nas ciências da comunicação e da saúde. A composição do grupo e a interação face a face entre os participantes convergem para um ambiente “mais natural” e menos hostil do que a entrevista face a face (Gaiser, 2011). Contudo, as limitações impostas pela adoção de medidas não farmacológicas para a contenção da propagação do vírus Sars-CoV-2, em especial o isolamento social e o distanciamento físico, impossibilitaram a utilização da forma “tradicional” de grupos focais, que consiste na reunião presencial de um grupo de pessoas com características em comum, para a discussão de um determinado assunto ou tópico.

Grupos focais on-line ou virtuais, isto é, realizados com participantes conectados via internet e participando de forma síncrona em um ambiente virtual apropriado não são uma novidade (Stewart & Shamdasani, 2017). Trata-se de uma estratégia mais fácil, rápida e menos custosa de reunir pessoas em um mesmo ambiente on-line para a realização da discussão em grupo. Segundo Richard *et al.* (2021), grupos focais *on-line*

apresentam uma série de vantagens comparativamente aos presenciais, como por exemplo, o seu custo reduzido e o fato de que o(a)s participantes têm mais liberdade de escolher quando e de onde participar (Richard *et al.*: 33). Com efeito, ela propicia a reunião em um mesmo espaço on-line de pessoas geograficamente afastadas que não teriam tempo ou recursos para se deslocar. Tendo em vista as dimensões continentais do nosso país, recorrer a essa técnica configura uma vantagem em termos de tempo, recursos e logística.

Os grupos focais on-line ocorreram de forma síncrona, utilizando a plataforma de conferências Google Meet. Todas as reuniões foram gravadas e os arquivos armazenados no Google Drive, com acesso exclusivo pela equipe de pesquisa. A opção por essa plataforma deveu-se por sua ampla disseminação e compatibilidade com a telefonia móvel, além do fato de que as reuniões podem ser gravadas enquanto ocorrem. Todas as reuniões foram conduzidas por um(a) moderador(a) e contaram com o apoio de um(a) assistente, ambos membros integrantes da equipe de pesquisa. A maioria dos participantes acessou as reuniões com suporte de vídeo, o que viabilizou o contato visual síncrono. Tanto o(a) moderador(a), quanto(a) o(a) assistente participaram também com suas câmeras abertas, a fim de garantir o contato visual com o(a)s participantes durante toda a duração do grupo focal. A utilização de grupos focais on-line apresenta um conjunto de vantagens e limitações em comparação ao modelo presencial tradicional. on-line. Entre as principais vantagens estão:

- **Sincronia geográfica:** a possibilidade de reunir, simultaneamente, profissionais de diferentes municípios e estados em um único espaço virtual;
- **Interdisciplinaridade institucional:** o encontro de atores vinculados a diversas instituições de atendimento socioeducativo;
- **Intercâmbio de experiências:** o compartilhamento de saberes sobre formas de organização e contextos locais específicos do SINASE;
- **Diagnóstico da crise:** o debate sobre os impactos da pandemia em cada localidade/instituição de acolhimento e as estratégias locais/particulares de enfrentamento ao coronavírus em um contexto seguro, sem contato face a face;
- **Otimização técnica:** a facilidade de transcrição proporcionada pelo registro nativo em áudio e vídeo;
- **Controle da interação:** a visualização frontal e constante de todos os participantes, favorecendo a gestão da dinâmica do grupo;
- **Precisão na identificação:** a capacidade de individualizar as falas, situando-as precisamente conforme a localidade e a instituição de origem.

Ao optar pelo recrutamento de profissionais das equipes técnicas e do Sistema de Justiça situados em diferentes estados, foi possível contrastar experiências, procedimentos e práticas empreendidas em diferentes contextos, o que ampliou e facilitou a comparação entre realidades diversas, considerando o tamanho da rede de atendimento, o número de unidades de internação e de adolescentes atendidos, bem como o volume de processos. Além disso, a gravação em áudio e vídeo das discussões facilita muito a transcrição das falas e, também, a identificação de cada um dos interlocutores, o que nem sempre é possível nos grupos focais presenciais que, geralmente, são apenas registrados por meio de gravadores de voz. Quanto às principais desvantagens identificadas no emprego desta estratégia, destacam-se:

- **Instabilidade tecnológica:** dificuldades de acesso e conexão à plataforma por parte dos participantes, resultando, em alguns casos, em atrasos na dinâmica dos grupos;
- **Prejuízo à comunicação não verbal:** baixa qualidade de conexão de alguns integrantes, o que comprometeu a nitidez de áudio e vídeo e dificultou a apreensão de nuances expressivas;
- **Limitação do enquadramento:** foco da câmera restrito ao rosto dos participantes, o que impediu a observação da linguagem corporal e gestual pela moderação e assistência;
- **Precariedade de infraestrutura:** falta de equipamentos adequados para a participação, como computadores, dispositivos móveis, câmeras ou microfones de qualidade satisfatória;
- **Comprometimento do ambiente de fala:** participação realizada durante o horário e no local de trabalho, gerando interrupções externas e falta de privacidade, o que pode ter condicionado o posicionamento e a espontaneidade dos respondentes.

A principal desvantagem da estratégia de grupos focais on-line é a perda de controle, por parte da equipe de pesquisa, sobre o local onde os grupos são conduzidos. Em outras palavras, a equipe não tem controle sobre as pessoas que adentram o local onde o(a) participante está conectado, tampouco sobre os fatores/elementos deste local que podem interferir na dinâmica, interrompendo, ouvindo, cerceando ou distraindo o(a) participante. Esse tipo de situação foi observado em alguns dos grupos focais realizados, mas em geral a equipe de pesquisa avaliou que ela não prejudicou significativamente a coleta de dados.

Desenho de pesquisa

Em geral, este tipo de pesquisa (qualitativa) não incorpora amostragem probabilística. Ainda assim, pretendeu-se contemplar a diversidade dos parâmetros pertinentes, por exemplo: tipo de medida socioeducativa atendida, gênero atendido, tamanho da unidade e tipo de atuação profissional no SINASE. A amostra de pesquisa foi proposital/intencional e não probabilística (Kidder, 1987; Ramos, 2014), em que a seleção dos participantes levou em conta a experiência profissional no âmbito do SINASE, dentro de dois grupos diferentes: trabalhadores do atendimento socioeducativo e membros do Sistema de Justiça. Segundo Kidder (1987:101), há casos em que a amostragem probabilística é desnecessária ou inviável, sendo mais relevante obter ideias, *insights*, opiniões especializadas e críticas, utilizando-se de uma amostra intencional que permita “conseguir obter alguma ideia da variedade de elementos disponíveis nesta população”.

Para cada um dos grupos, foi desenvolvido um desenho específico para o estudo com grupos focais, levando-se em consideração, no caso das equipes técnicas, a experiência específica em relação ao tipo de medida socioeducativa e o trabalho desenvolvido em diferentes equipamentos de atendimento (unidades socioeducativas de internação, semi-liberdade e serviços de assistência social, especializados ou não). No caso dos membros do sistema de justiça, o critério levado em consideração foi a atuação no poder judiciário, especificamente nas varas de infância e juventude e de execução de medidas socioeducativas, nas defensorias públicas e no ministério público.

Grupos focais com as equipes técnicas

No que concerne à etapa de campo, a seleção dos membros das equipes técnicas para os grupos focais privilegiou os profissionais responsáveis pela elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA). A atuação desses técnicos pressupõe uma dupla dimensão: internamente, exige proximidade com os adolescentes por meio de escuta e planejamento qualificados; externamente, demanda uma complexa articulação com os setores da unidade e com as diversas áreas do Sistema de Garantia de Direitos – como educação, saúde, assistência social e justiça –, além do fortalecimento dos vínculos familiares e territoriais. Pretendeu-se, dessa forma, observar de que forma esses trabalhadores realizam a articulação com as políticas públicas de outras áreas e com os atores do Sistema de Justiça.

Somado a isso, no que tange à composição desses grupos foram considerados o(a)s respondentes da primeira etapa da pesquisa e as indicações de outro(a)s profissionais e especialistas na temática. As cinco regiões do país e as características

das unidades de atendimento foram contempladas. Assim, o desenho do estudo com grupos focais envolvendo o(a)s profissionais técnicos levou em consideração o tipo de medida socioeducativa aplicada e executada em diferentes unidades, quais sejam: internação, semiliberdade e meio aberto. É importante enfatizar que as medidas socioeducativas de meio fechado são executadas em estabelecimentos ou unidades especializadas, enquanto as de meio aberto são de responsabilidade das redes municipais de assistência social, por meio de equipes que atendem nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Vale ressaltar que as medidas de internação são as mais gravosas dentro do Sistema Socioeducativo. Na primeira etapa da pesquisa, as unidades que executam essas medidas representavam 55% do total das unidades analisadas. Já as medidas de semiliberdade correspondiam a 32% do total analisado na primeira etapa de avaliação. As medidas socioeducativas em meio aberto, por sua vez, abrangem a liberdade assistida (LA) e a prestação de serviços à comunidade (PSC), podendo anteceder ou dar continuidade à intervenção socioeducativa. Outro fator determinante na estruturação da amostra foi o recorte de gênero, visto que o público-alvo atendido é, geralmente, separado por gênero, sendo que algumas unidades de internação atendem exclusivamente adolescentes do sexo feminino e, em menor número, são mistas. Das 237 unidades de privação de liberdade que participaram da primeira etapa da pesquisa, apenas 23 eram de atendimento exclusivamente feminino e 14 unidades possuíam atendimento misto. Portanto, a maioria das unidades de atendimento socioeducativo no País são voltadas para o público masculino e isto refletiu-se na composição dos grupos focais.

Em termos operacionais, o desenho do estudo com as equipes técnicas previu, inicialmente, a realização de 9 a 12 grupos focais, com a participação de 6 a 9 profissionais responsáveis pela elaboração dos PIAs em cada um. Assim, estipulou-se a realização de: i) 4 grupos focais com o(a)s profissionais responsáveis por adolescentes em cumprimento de **medidas de internação** (3 grupos com profissionais que trabalham em unidades masculinas e 1 grupo com profissionais que trabalham em unidades femininas), ii) 4 grupos focais com os profissionais responsáveis por adolescentes em cumprimento de **medidas de semiliberdade** (3 grupos com profissionais de unidades masculinas e 1 grupo com profissionais de unidades femininas); iii) 4 grupos focais com os profissionais responsáveis por adolescentes em cumprimento de **medidas de meio aberto** (LA e PSC). O quadro abaixo sintetiza a proposta de trabalho:

Quadro 1. Desenho inicial do estudo com grupos focais com as equipes técnicas

	Internação	Semiliberdade	Meio Aberto
Masculino	3 grupos	3 grupos	3 grupos
Feminino	1 grupo	1 grupo	1 grupo
Total de grupos	4	4	4

Fonte: Pesquisa SINASE.

É importante destacar que estudos com grupos focais requerem a realização de pelo menos 3 grupos para cada categoria analisada. Segundo Autor (2014) considera-se que de 3 a 5 grupos por categoria são suficientes para se atingir a saturação teórica. Em outras palavras, “quando a realização de mais grupos apresenta redundância ou repetição, na avaliação da equipe de pesquisa, interrompe-se a inclusão de novos participantes ou grupos.” (Pimenta, 2014:133). As categorias analisadas neste desenho foram o tipo de medida e o gênero do público-alvo atendido. Considerando que a maior parte do público-alvo das medidas socioeducativas é do gênero masculino, o desenho de pesquisa inicial previu mais grupos com profissionais de equipes técnicas que atuam em unidades de atendimento desse público-alvo. Se, após a realização de 6 grupos focais com técnico(a)s que atendem adolescentes do sexo masculino os dados coletados fossem considerados suficientes, não seriam realizados mais grupos nessa categoria.

Grupos focais com os atores do Sistema de Justiça

Os grupos focais foram realizados de forma separada por tipo de atuação no Sistema de Justiça. Durante as fases de mapeamento dos contatos e de aplicação dos questionários on-line na primeira etapa, a equipe de pesquisa identificou um maior acesso – ainda que com limitações importantes – às instituições e aos atores oriundos do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública em comparação com outros órgãos e profissionais que também fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos (como Conselhos Tutelares, Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros). Desse modo, considerando a necessidade de adaptação desta etapa da pesquisa em termos de viabilidade, optou-se por investigar somente uma parte do Sistema de Garantia de Direitos. A estratégia metodológica consistiu na realização de nove grupos focais, segmentados por tipo de atuação profissional e por modalidade de medida socioeducativa. O desenho amostral previu três grupos para cada categoria (magistratura, promotoria e defensoria), organizados de modo que cada grupo discutisse, especificamente, um caso referente à internação, à semiliberdade ou ao meio aberto. Cada encontro contou com a participação de três a

seis profissionais, permitindo uma análise comparativa entre as diferentes funções e regimes de cumprimento. O quadro abaixo apresenta a síntese desta proposta:

Quadro 2. Desenho inicial do estudo com grupos focais com membros do Sistema de Justiça/SGD

Sistema de Justiça/SGD	Internação	Semiliberdade	Meio Aberto
Poder Judiciário Juízes da vara da infância (execução)	1 Grupo Focal	1 Grupo Focal	1 Grupo Focal
Ministério Público Promotores da vara da infância (execução)	1 Grupo Focal	1 Grupo Focal	1 Grupo Focal
Defensoria Pública Defensores da vara da infância (execução)	1 Grupo Focal	1 Grupo Focal	1 Grupo Focal

Fonte: Pesquisa SINASE.

Ao fim dessa etapa, esperava-se a realização de 15 a 21 grupos focais, somando os dois conjuntos de atores (equipes técnicas e membros do Sistema de Justiça), contando com a participação de 90 a 189 interlocutores no total.

Elaboração do roteiro e recrutamento do(a)s participantes

Para a realização dos grupos focais foram desenvolvidos nove roteiros de perguntas a serem apresentadas aos participantes, de acordo com a sua atuação junto a adolescentes em medida socioeducativa. Para as equipes técnicas, foi elaborado um roteiro de perguntas que levou em consideração as especificidades em relação ao público-alvo atendido (adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino) e o tipo de medida (internação, semiliberdade e meio aberto). Em termos de escopo, o roteiro de perguntas foi desenvolvido a partir de um caso hipotético em que o(a) adolescente recebeu a medida de internação, de semi-liberdade ou de meio aberto, apresentado ao(à)s participantes no início de cada sessão, com base no qual se solicitou que o(a)s entrevistados discutissem as medidas que tomariam em todo processo, como se fosse um caso real com o qual trabalham normalmente. O roteiro de perguntas teve por objetivo levantar informações sobre as etapas de acolhimento, elaboração e homologação do PIA, execução e avaliação da medida e, por fim, desligamento, com especial ênfase nas dificuldades enfrentadas na relação com os diferentes sistemas que compõem o SINASE (sistema educacional, sistema de justiça juvenil, SUS e SUAS), bem como a participação da família e do(a) próprio(a) adolescente.

De modo análogo, para os atores do sistema de justiça, foram desenvolvidos três roteiros, também com base em um caso hipotético que variou segundo o tipo de

medida atribuída e as especificidades da atuação dos magistrados, promotores e defensores públicos na execução das medidas. Nesse caso, o roteiro teve por objetivo explorar as particularidades da atuação de cada ator nas diferentes etapas da execução, desde o atendimento inicial e a definição da medida, passando pela homologação do PIA, fiscalização das unidades e acompanhamento da execução, com foco específico na avaliação da medida e na relação entre juízes, promotores e defensores públicos com as equipes técnicas e demais sistemas que integram o SINASE (sistema educacional, SUS e SUAS etc).

Previamente a aplicação definitiva, os roteiros foram elaborados e aperfeiçoados pela equipe de pesquisa e foram testados em duas sessões piloto, uma com profissionais de equipes técnicas que atuam junto a adolescentes do sexo masculino em unidades de internação do Rio Grande do Sul e outra com defensore(a)s públicos do mesmo estado.

Em uma etapa subsequente, o recrutamento dos(as) participantes foi feito utilizando-se o banco de dados construído durante primeira fase da pesquisa, de acordo critérios definidos - profissionais da equipe técnica de internação, semiliberdade e/ou meio aberto, defensores, promotores e juízes do Sistema de Justiça. O contato se deu através de e-mail com os(as) participantes e mensagens via WhatsApp (no caso de contatos com essa opção).

Os(as) participantes contatados que demonstraram interesse em participar desta etapa responderam a um formulário indicando quais dias da semana e turnos teriam disponibilidade para participar. Após esse contato e coleta inicial, a equipe trabalhou na composição dos grupos, a partir dos turnos indicados como preferenciais. Nesse momento, além de marcar os grupos nos horários de disponibilidade de cada participante, foi de suma importância compor os grupos com a maior variabilidade regional possível (além de maior variabilidade profissional nos casos de grupos de equipe técnica). Durante este processo a equipe manteve contato constante com os(as) participantes para agendamento, acompanhamento do desenvolvimento dos grupos e para responder às dúvidas dos(as) mesmos.

Desenho final do estudo

Como referido, para esta segunda etapa da pesquisa foram realizados dois grupos focais piloto, cujo objetivo foi testar a adequação dos roteiros. O primeiro grupo foi realizado com defensores públicos da região Sul do Brasil e contou com 6 participantes, atuantes em unidades de internação e semiliberdade, na execução de medidas socio-educativas. O(a)s participantes tinham experiência em varas da infância e juventude, atuando com atos infracionais, educação, medidas de proteção e execução de medidas, ajuizamento e atendimento, em diferentes juizados regionais e capitais. O

segundo grupo foi realizado com profissionais das equipes técnicas e contou com 5 participantes, também da região Sul, sendo três psicólogas, uma pedagoga e uma assistente social, com experiência em unidades de internação e semiliberdade. A partir destes grupos focais, os roteiros foram aperfeiçoados, reduzindo-se as questões e ajustando-se o foco e a dinâmica.

Depois dos grupos focais piloto, foram realizados 21 grupos focais, dos quais participaram um total de 84 pessoas, 48 profissionais de equipes técnicas e 36 do Sistema de Justiça (juízes, promotores e defensores públicos). O desenho final do estudo é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3. Desenho final do estudo, segundo o perfil do(a)s participantes

	Internação masculina	Semi-liberdade masculina	Meio aberto	Internação feminina	Semi-liberdade feminina	Total de grupos
Equipes técnicas	4 grupos	3 grupos	3 grupos	1 grupo	1 grupo	12 grupos
Sistema de Justiça	Defensores 3 grupos	Promotores 3 grupos	Poder judiciário 3 grupos			9 grupos
Total						21 grupos

Fonte: Pesquisa SINASE.

Observa-se que foram realizados 4 grupos com profissionais de equipes técnicas que trabalham em unidades de internação masculinas, uma vez que um dos grupos focais contou com apenas um participante e funcionou como entrevista. Em relação às adolescentes, a equipe de pesquisa considerou que as especificidades no atendimento de adolescentes do sexo feminino em medida de regime aberto foram contempladas nos grupos focais com profissionais que atuam no meio aberto.

Para fins de análise, os grupos focais piloto também foram considerados, tanto pela qualidade das informações coletadas, como pelas contribuições que os participantes deram acerca da estrutura e funcionamento do SINASE. Dessa forma, foram realizados 22 grupos focais e 1 entrevista.

Perfil do(a)s participantes dos grupos focais

Participaram da segunda etapa da pesquisa, contando o(a)s participantes dos grupos focais piloto, um total de 95 profissionais, sendo 53 profissionais de equipes técnicas e 42 profissionais do Sistema de Justiça. Analisando o perfil do(a)s participantes, prevaleceram profissionais do sexo feminino, que totalizaram 68 pessoas, contra 27 do sexo masculino. Em média, o(a)s participantes tinham 41 anos

de idade à época da coleta de dados, sendo que o(a) profissional mais jovem tinha 25 anos e o(a) mais velho, 66.

A maioria do(a)s participantes possuía ampla experiência com a socioeducação, especialmente com medidas de internação. Diversos profissionais também já atuaram com mais de um tipo de medida.

Em relação à unidade da federação onde estavam atuando, observou-se a seguinte distribuição entre o(a)s participantes:

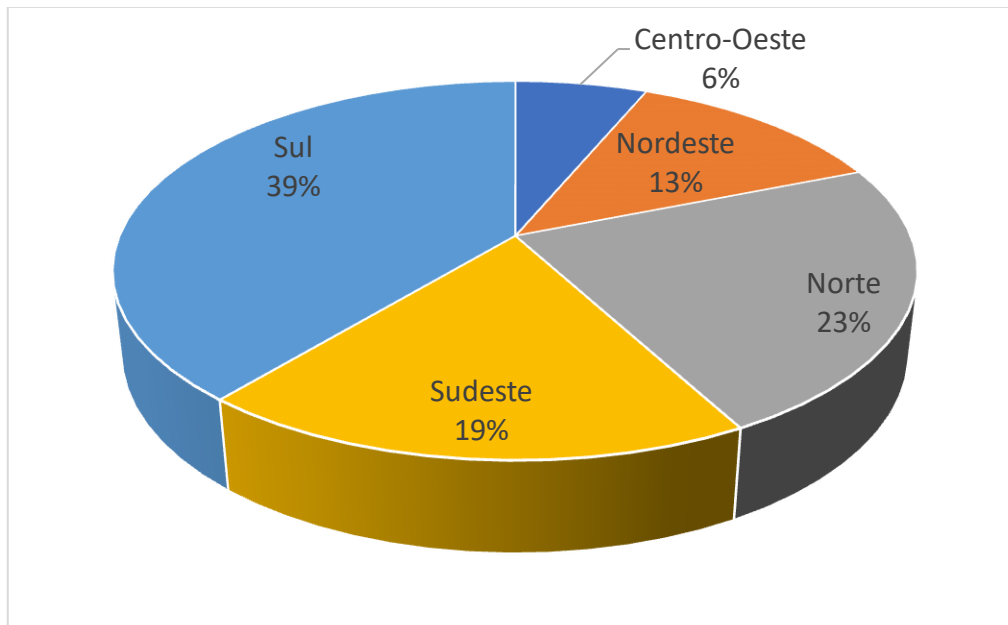
Tabela 1. Distribuição dos participantes, segundo a Unidade da Federação

UF	Participantes
Alagoas	1
Amapá	1
Amazonas	7
Bahia	1
Ceará	1
Distrito Federal	3
Espírito Santo	3
Goiás	1
Maranhão	1
Mato Grosso	2
Minas Gerais	2
Pará	8
Paraíba	1
Paraná	8
Pernambuco	3
Piauí	1
Rio de Janeiro	4
Rio Grande do Norte	3
Rio Grande do Sul	25
Roraima	3
Santa Catarina	4
São Paulo	9
Tocantins	3
Total	95

Fonte: Pesquisa SINASE.

A prevalência de participantes oriundos do Rio Grande do Sul justifica-se pela realização dos grupos focais piloto com profissionais desse estado, devido à familiaridade da equipe de pesquisa para com eles e a conveniência/facilidade para o recrutamento.

Ao final, a distribuição dos participantes pelas diferentes regiões do país ficou conforme apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 1. Distribuição do(a)s participantes da segunda etapa da pesquisa, segundo a região onde atua

Fonte: Pesquisa SINASE.

Quanto à formação do(a)s profissionais, 46% tinham formação em Direito, o que era esperado tendo em vista que o desenho do estudo com grupos focais previa a realização de grupos com juízes, promotores e defensores públicos que atuam na execução de medidas sócio-educativas. Entre os demais profissionais, que atuavam nas unidades e centros de referência em assistência social, 18,9% tinham formação em Serviço Social, 15,8% em Pedagogia e 12,6% em Psicologia. Três participantes não informaram a área de atuação, uma informou ter habilitação em Sociologia e Psicologia, outra era técnica em enfermagem e outra era terapeuta ocupacional.

Em relação à atuação dos profissionais, entre o(a)s participantes do Sistema de Justiça, a maioria atuava na Defensoria Pública, seguida de magistrados das varas de infância e juventude e membros do Ministério Público (promotores de justiça).

Tabela 2. Área de atuação do(a) participantes do Sistema de Justiça

Área de atuação	Número de participantes
Defensoria pública	21
Poder judiciário	11
Ministério Público	10
Total	42

Fonte: Pesquisa SINASE.

Já entre o(a)s participantes que atuavam em unidades socioeducativas, como membros (ou não) de equipes técnicas, a maioria possuía experiência em unidades de

internação, sendo que diversos profissionais passaram por unidades de internação provisória e de semiliberdade, tanto masculinas como femininas. A tabela abaixo mostra a atuação do(a)s profissionais, pelo tipo de unidade em que trabalhavam ou já tinham trabalhado:

Tabela 3. Atuação do(a)s profissionais em unidades do sistema socio-educativo e da rede de assistência social

Tipo de unidade	Número de profissionais*
Unidade de internação masculina	24
Unidade de internação feminina	6
Unidade de internação provisória (masc/fem)	6
Unidade de semi-liberdade masculina	15
Unidade de semi-liberdade feminina	5
Centro de referência em assistência social	14

Fonte: Pesquisa SINASE.

* O número de profissionais se refere às informações prestadas na apresentação de cada participante, referentes às unidades e medidas com as quais já trabalharam e atualmente trabalham.

Durante o processo de recrutamento do(a)s participantes, o(a)s profissionais convidado(a)s pela equipe de pesquisa foram solicitado(a)s a responder um formulário com questões referentes ao perfil socioeconômico e profissional, a fim de obtermos dados mais detalhados da amostra. Contudo, alguns profissionais que participaram dos grupos focais, tal como descrito no item 5, foram convidado(a)s por seus colegas e não responderam ao formulário. Dos 95 participantes dos grupos focais, 60 responderam ao formulário. As informações a seguir referem-se a esses participantes.

Dentre esses profissionais, 42 eram do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Quanto ao nível de escolaridade, 26,7% tinham somente a graduação, 60% tinham feito especialização e 13,3% mestrado. Em relação à autodeclaração de cor/raça, 42 (70%) se autodeclararam brancos e 16 (26,7%) pardos. Somente um(a) participante se declarou preto(a) e um(a) participante, amarelo(a). A maioria (35%) era casada ou vivia em união estável, 30% solteiros e 10% separados. Somente um(a) participante se declarou viúvo(a).

Quando perguntados sobre a renda média mensal, a maioria preferiu não responder à pergunta. Entre os demais, predominam os que recebiam, em média, entre 3 e 6 salários-mínimos.

Em relação ao tempo de experiência com adolescentes em medida socioeducativa, houve bastante variação entre o(a)s participantes, mas com um percentual considerável de profissionais que trabalham há mais de dez anos no

SINASE. A média de anos de experiência com adolescentes em medida socioeducativa é de 7,1 anos.

O perfil da amostra do(a)s profissionais que participaram desta etapa da pesquisa é predominantemente feminino, branco, qualificado, com experiência considerável com adolescentes em cumprimento de medida, em diversas unidades de atendimento.

Procedimentos de coleta e análise dos dados

As sessões foram iniciadas com uma breve apresentação da pesquisa e dos procedimentos para a condução das discussões em grupo. Todo(a)s o(a)s participantes foram informado(a)s dos objetivos, dos procedimentos de coleta e armazenamento dos dados, bem como do sigilo das informações prestadas e da garantia da preservação do anonimato do(a)s participantes, mediante a apresentação dos conteúdos das falas sem a identificação nominal do(a)s mesmo(a)s. Em seguida, o(a) moderado(a) solicitou a autorização do(a)s participantes para gravar a reunião. Somente após a aprovação de todo(a)s a gravação foi iniciada. As sessões tiveram entre 1h30 e 2h30 de duração. Os arquivos em vídeo foram armazenados no Google Drive e compartilhados por meio de login exclusivo, individualizado, somente entre os membros integrantes da equipe. Coube ao assistente o aceite do ingresso de cada participante na sessão e o acompanhamento integral de cada grupo focal, registrando o procedimento por escrito em uma síntese da discussão. Os materiais armazenados no Google Drive serviram de subsídio para a análise do conteúdo das discussões. Coube ao moderador a condução e a mediação das discussões, sempre com base no roteiro de perguntas.

Terminada a etapa de coleta dos dados, os vídeos das gravações dos grupos focais foram redistribuídos entre o(a)s membros da equipe de pesquisa, que realizaram a análise temática (Flick, 2004) dos conteúdos das discussões utilizando uma grade analítica, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 4. Grade analítica utilizada para o tratamento dos grupos focais

Assunto	Resumo	Observações	Transcrições
Classificação do assunto tratado	Síntese do que foi discutido pelo(a)s participantes sobre aquele assunto específico	Considerações do(a) analista sobre o que foi discutido, indicando aprofundamentos e elementos pertinentes para análise posterior	Transcrições dos trechos considerados mais relevantes sobre cada assunto tratado

Fonte: Pesquisa SINASE.

Todas as 23 gravações foram integralmente ouvidas pelo(a)s membros da equipe de pesquisa e analisadas conforme o proposto na grade analítica. Cada gravação gerou

um documento no qual os assuntos tratados durante as discussões em grupo focal foram sintetizados e as observações do analista indicadas na mesma linha do quadro em que o assunto foi destacado, conectado à transcrição do trecho considerado mais relevante ou representativo. Isso possibilitou destacar os aspectos a serem trabalhados em cada seção do relatório, com atenção especial para a atuação dos profissionais do Sistema de Justiça e das equipes técnicas em todas as etapas, considerando: 1) acolhimento; 2) elaboração e desenvolvimento do PIA; 3) execução e avaliação da medida; 4) desligamento da medida. Em seguida, o material foi redistribuído entre os analistas da equipe, responsáveis pela elaboração de um relatório específico para cada um dos procedimentos que integram as medidas socioeducativas, de internação provisória, internação, semiliberdade e meio aberto, gerando as diferentes seções do relatório.

Essa forma de organização permitiu que os diferentes analistas da equipe identificassem os aspectos que emergiram nas falas do(a)s participantes referentes a cada etapa das medidas socioeducativas, desde o acolhimento ao desligamento da medida, e os analisassem de forma comparada, considerando somente as informações relevantes para cada seção do relatório.

Contudo, é importante destacar que as falas transcritas foram agregadas por regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), evitando-se identificar o estado de atuação do(a) participante, com vistas a preservar o anonimato das informações prestadas. As principais comparações foram realizadas entre as falas das equipes técnicas e do(a)s integrantes do sistema de justiça, pois o objetivo principal era evidenciar como se dá, na prática, a relação entre executores das medidas e os operadores do sistema de justiça.

Desafios e limites da pesquisa social aplicada em instituições com uso de grupos focais on-line

Considerando-se o desenho inicial do estudo, é possível dizer que a equipe foi bem-sucedida na realização dos grupos focais inicialmente previstos. Contudo, algumas observações são pertinentes no que diz respeito aos resultados alcançados. Em primeiro lugar, desenhos de pesquisa com grupos focais exigem um tempo prévio para organização dos grupos que, muitas vezes, são incompatíveis com prazos para entrega de produtos estabelecidos em editais e contratos de pesquisa. Isso se deve ao fato de que em pesquisas sociais aplicadas – como era o caso da avaliação do SINASE – o recrutamento de participantes depende, na maioria das vezes, da intermediação de outros interlocutores que ocupam posições-chave nas instituições onde serão realizados os grupos focais. Na literatura internacional, esses interlocutores-chave são denominados *gatekeepers* (porteiro(a)s) e têm o papel de garantir aos pesquisadores o acesso a potenciais participantes e locais de investigação. (McFadyen; Rankin, 2016;

Singh; Wassenaar, 2016) Além disso, esses indivíduos ou grupos têm o potencial de influenciar o contexto da pesquisa, a composição dos participantes dos grupos focais e, no limite, os dados coletados. (Aaltonen; Kivijärvi, 2018) O processo de localização dos *gatekeepers* e de negociação tanto do acesso ao campo, quanto dos potenciais interlocutores, demanda tempo e capacidades de comunicação e articulação institucional. Em projetos de pesquisa grandes, as equipes contam com pesquisadores e/ou bolsistas responsáveis por essas negociações. Muitas vezes, porém, essas negociações dependem de autorizações emitidas por outros atores institucionais – tanto dos órgãos aos quais as equipes de pesquisa são subordinadas, quanto das instituições que abrigam o público-alvo da pesquisa. Nesse contexto, é difícil dimensionar o tempo necessário para que todas as comunicações entre atores institucionais, pesquisadores, *gatekeepers* e interlocutores efetivos se efetive. Além dos problemas de comunicação (e-mails que demoram para ser respondidos, responsabilidades que são transferidas e dificuldade de localizar pessoas efetivamente em posição para conceder autorização para a realização da pesquisa e contato com os informantes), entraves de ordem burocrática podem atrasar o cronograma de aplicação dos instrumentos.

Outro problema comum na relação com *gatekeepers* reside nas diferentes leituras e interpretações que atores sociais nesta posição fazem da própria pesquisa. Essas interpretações estão sujeitas a expectativas e preconceções sobre os resultados do estudo (McFadyen; Rankin, 2019), o que pode gerar temores e desconfiança em relação às pretensões dos pesquisadores, levando a dificuldades de acesso ou seleção intencional de interlocutores – o que pode levar a vieses indesejados. (Singh; Wassenaar, 2016)

No caso da pesquisa do SINASE, o fato de a avaliação do sistema socioeducativo estar prevista na Lei nº 12.549/2008, contar com o financiamento do PNUD e apoio do Ministério dos Direitos Humanos contribuiu, em grande medida, para agilizar a autorização para a realização dos grupos focais. Contudo, apesar de o recrutamento de participantes das equipes técnicas nos grupos focais on-line ter sido feito a partir do contato direto com os respondentes do formulário aplicado na etapa quantitativa, a inclusão de participantes demandava a liberação por parte de direções e responsáveis por unidades de atendimento. Outro fator era a disponibilidade para participação em intervalos ou mesmo no horário de trabalho – o que tornava o processo sujeito a interrupções. A posição ocupada pelos membros das equipes técnicas certamente influenciou as condições de participação na pesquisa. Já os membros do judiciário, do ministério público e da defensoria pública tinham mais autonomia em relação à participação na pesquisa. Porém, a adesão revelou-se muito maior entre profissionais das defensorias públicas, o que pode revelar maior interesse no espaço proporcionado pela pesquisa de avaliação para falarem sobre as dificuldades encontradas no atendimento do(a)s adolescentes e nos limites que o sistema socioeducativo possui

atualmente para a garantir dos seus direitos – tópico sensível exatamente para as defensorias.

Um outro elemento a ser destacado em relação ao processo de recrutamento do(a)s participantes, tem a ver com os requisitos para a composição dos grupos. (Barbour, 2009; Pimenta, 2014). Entre as principais variáveis a serem consideradas tanto na composição interna, quanto nos parâmetros para comparação, estavam o tipo de medida socioeducativa com a qual o(a)s participantes estavam trabalhando no momento (unidade de internação, semi-liberdade ou meio aberto) e o gênero do(a)s adolescentes, uma vez que as instituições de meio fechado atendem exclusivamente um ou outro gênero. Ambas as variáveis implicavam filtros ao recrutamento, isto é, a identificação prévia do local de atuação, de modo que a discussão focasse nos procedimentos de acordo com o tipo de medida, a fim de identificarmos as variações conforme a modalidade de atendimento. No caso dos juízes, promotores e defensores públicos, esse foco foi obtido a partir do caso hipotético apresentado no início da sessão.

No primeiro caso, das equipes técnicas, nem sempre foi possível manter a composição dos grupos entre profissionais que estavam trabalhando em unidades dedicadas ao tipo específico de medida previsto no desenho inicial do estudo com grupos focais. Como mostrado na Tabela 3, foi bastante difícil contar com profissionais que atuavam em unidade de atendimento femininas e houve menos colaboração por parte das equipes técnicas dos CRAS e CREAS. Em algumas situações, optou-se por solicitar ao(à) profissional que remetesse à sua experiência pretérita em unidades de internação, internação provisória ou semi-liberdade. Apesar disso, esses casos proporcionaram que os próprios interlocutores realizassem a comparação entre as instituições nas quais já haviam trabalhado e nas quais estavam trabalhando. No segundo caso, como a atuação dos interlocutores se dá nas varas de execução de medidas, essa variável não foi decisiva para o recrutamento.

Ainda em relação à composição dos grupos, é importante ressaltar que uma dificuldade relevante no caso de pesquisas nacionais diz respeito à diversidade e heterogeneidade das condições de implementação das medidas socioeducativas, que depende das condições de cada ente federativo de financiar e gerir o sistema. Embora estudos de natureza qualitativa não tenham a pretensão de serem estatisticamente representativos em relação a uma determinada população ou universo de pesquisa, havia o interesse de captar a maior variabilidade possível tanto de condições de atendimento, quanto de práticas de atuação junto aos adolescentes infratores. Embora essa variabilidade tenha sido claramente percebida, não foi possível aplicar um critério de recrutamento intencional que contemplasse a diversidade geográfica entre estados e de características de atendimento, de acordo com o tamanho e a capacidade de atendimento dos estabelecimentos. Com efeito, os desafios e as dificuldades de acolhimento do(a)s adolescentes variam consideravelmente de acordo com a

localização geográfica (capitais, cidades do interior) e o quantitativo de profissionais disponíveis nas equipes técnicas. Essa realidade certamente demanda desenhos mais complexos e robustos, capazes de suportar a inclusão de outras variáveis, além do tipo de medida e do gênero do(a)s adolescentes atendidos. A diversidade das condições de atendimento do(a)s adolescentes se refletiu também na qualidade do sinal de internet a que o(a)s participantes tinham acesso, qualidade dos computadores e câmeras, condições do ambiente/sala para participação on-line e disponibilidade (parcial ou total) para a interação durante o horário agendado. Isso fez com que as interações fossem interrompidas por falhas de sinal de internet, congelamento do vídeo, queda da conexão ou ainda, por interrupções advindas de demandas do próprio trabalho, durante as quais o(a)s profissionais das equipes técnicas foram solicitados a atender alguém. Embora essas lacunas tenham sido supridas pela participação dos demais integrantes, as interrupções interferiram tanto no andamento dos grupos focais, como na concentração e engajamento do(a)s participantes, que perderam parte da interação nesses momentos. É possível também que alguns profissionais de equipes técnicas tenham sofrido alguma “vigilância institucional” e tiveram menos liberdade de se colocar durante as sessões devido à falta de privacidade com a qual participaram dos grupos. É imperativo considerar que a participação de técnicos dentro de seus ambientes laborais pode ter condicionado a liberdade de expressão e a postura crítica frente à instituição. Outro aspecto relevante a ser destacado em relação à limitação dos grupos focais on-line é a mediação por telas. No caso do aplicativo escolhido para a realização da pesquisa – o Google Meet – havia a possibilidade de que todos os participantes se vissem ao mesmo tempo na tela. Contudo, o(a) moderador(a) não tinha acesso a todas as condições dos respectivos ambientes nos quais o(a)s participantes se encontravam e não era possível manter o controle sobre os elementos que podem interferir na interação, em especial pessoas estranhas à pesquisa que pudessem constranger os interlocutores ou influenciar suas falas e interações. Com efeito, em algumas situações o(a)s interlocutores saíram da sala em que estavam e se dirigiram para a parte externa, para poderem falar com mais liberdade ou então aumentarem a qualidade do sinal de internet. Mais uma vez, a diferença nas condições de participação entre as equipes técnicas e membros do sistema de justiça, especialmente juízes e promotores, ficou bastante evidente. Em geral, juízes e promotores participaram diretamente de escritórios e salas privadas, com ótima qualidade de sinal e vídeo.

Considerações finais

Sob o prisma dos resultados qualitativos, o aspecto mais interessante a ser destacado na adoção do formato on-line para a realização dos grupos focais foi o contraste já na própria sessão em grupo entre experiências diversas. Isso porque a

participação de profissionais – tanto no caso das equipes técnicas, quanto do sistema de justiça – geograficamente localizados em estados e municípios diferentes, oportunizou a comparação entre situações vivenciadas e procedimentos adotados com os quais o(a)s próprio(a)s participantes não estavam habituados. As próprias interações dentro dos grupos focais on-line se tornaram espaços de troca, com participantes trocando contatos no chat do Google Meet, a fim de terem acesso aos colegas interlocutores para tirarem dúvidas, ouvirem sugestões e compartilharem cartilhas de procedimentos e orientações adotadas em seus respectivos trabalhos.

Essa característica, por conseguinte, viabilizou a comparação entre situações muito diversas durante a própria interação entre os participantes, o que não teria sido possível caso a pesquisa tivesse sido realizada de forma presencial. Essa comparação, entretanto, limitou-se à experiência vivenciada entre os participantes da amostra que resultou do processo de recrutamento, por meio da manifestação de interesse daqueles que responderam ao questionário da etapa quantitativa e da adesão ao convite para participar dos grupos on-line, somando-se os casos de profissionais que ficaram sabendo da pesquisa, mas não tinham participado do questionário ou foram indicados para os grupos focais.

Por outro lado, é imperativo reconhecer que o contexto pandêmico inviabilizou a visita *in loco* às instalações e o acompanhamento dos processos de atendimento na prática. Também inviabilizou a interlocução com o(a)s próprio(a)s adolescentes, limitando a análise à perspectiva dos operadores do sistema de garantia de direitos. Pesquisas futuras podem se beneficiar da aplicação desta técnica de coleta de dados, desde que o tempo necessário para o planejamento de um estudo com grupos focais, em especial os desafios logísticos envolvidos no recrutamento de participantes e no agendamento de grupos, seja reconhecido pelas instituições de fomento à pesquisa como um componente decisivo para os resultados alcançados. Além disso, é importante dimensionar as limitações tecnológicas impostas pela variabilidade da qualidade da internet, bem como do acesso que diferentes atores e instituições têm a recursos de comunicação on-line. A viabilidade da comunicação medida pelo ambiente virtual não pode depender da infraestrutura técnica a que os atores envolvidos têm acesso. Desse modo, convém ponderar o quanto fatores como falta de sinal, equipamentos com baixa qualidade de áudio e vídeo, ambientes que interferem na interlocução, entre outros fatores combinados, interferem nos resultados alcançados.

Ainda que os dados coletados revelem muitas críticas ao funcionamento do SINASE e as condições reais em que as equipes e profissionais do sistema de justiça atuam, a percepção dos sujeitos do SINASE não pode ser contemplada nesta pesquisa. Apesar disso, houve vantagens visíveis com a introdução de novas ferramentas de comunicação e informação à estratégia de pesquisa qualitativa que apontam para outras possibilidades além da coleta sistemática de informações sobre o sistema socioeducativo.


Em última análise, a migração dos grupos focais para o ambiente virtual não apenas contornou os limites impostos pela crise sanitária, mas funcionou como um prisma que revelou as fragilidades e potencialidades do SINASE. Se, por um lado, a tecnologia evidenciou o abismo de infraestrutura entre as unidades, por outro, permitiu um intercâmbio inédito de práticas entre atores geograficamente distantes. O desafio que se impõe ao Sistema de Garantia de Direitos é, portanto, transcender a integração meramente burocrática e avançar para uma articulação real, onde a tecnologia seja ferramenta de aproximação e não mais um filtro para a invisibilidade dos sujeitos do sistema.

Referências

- AALTONEN, Sanna; KIVIJÄRVI, Antti. (2019). “Disrupting professional practices with research-driven intervention. Researcher–gatekeeper negotiations in the context of targeted youth services”. *Qualitative Social Work*, v. 18, n. 4, pp. 621-637. [Consult. 30-01-2026] Disponível em <https://doi.org/10.1177/1473325018757080>
- BARBOUR, Rosaline. (2009). Aspectos Práticos do Planejamento e da Condução de Grupos Focais. *Grupos Focais*, Porto Alegre: Artmed.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei de Tortura); e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. [Consult.: 30-01-2026]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- FLICK, Uwe. (2004). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Bookman.
- GAISE, T. J. (2011). On-line Focus Groups. In: Fielding, Nigel; Lee, Raymond M.; Blank, G. (Ed.) *The Sage Handbook of On-line Research Methods*. [s.l.] SAGE Publications, p. 290-306.
- KRUEGER, Richard A.; CASEY, Mary Anne. (2000). *Focus Groups: a practical guide for applied research*. Sage Publications.
- McFADYEN, Jackie; RANKIN, Jean. (2016) “The Role of Gatekeepers in Research: Learning from Reflexivity and Reflection” *Journal of Nursing and Health Care (JNHC)*, v. 4, n. 1, pp. 82-88. [Consult. 30-01-25] Disponível em https://doi.org/10.5176/2345-718X_4.1.135
- MURGADO-ARMENTERSON, Eva M.; TORRES-RUIZ, Francisco J.; VEGA-ZAMORA, Mamuela. (2012). Differences between on-line and face to face focus groups, viewed through two approaches. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, v. 7, n. 2, pp. 73-86. [Consult. 14-06-2022] Disponível em <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-18762012000200008>
- PIMENTA, Melissa de M. (2014). “Grupos focais: conceito, aplicação e desenvolvimento”, in G. Alves e J F. S. Bosco (orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho*. Bauru: Canal 6, pp. 123-144.

- RICHARD, Brendan; SIVO, Stephen A.; ORLOWSKI, Marissa; FORD, Robert C.; MURPHY, Jamie; BOOTE, David N.; WITTA, Eleanor L. (2020). Qualitative Research via Focus Groups: Will Going On-line Affect the Diversity of Your Findings? (2021) *Cornell Hospitality Quarterly*, 62(1), 32-45. [Consult. 30-06-2022] Disponível em <https://doi.org/10.1177/1938965520967769>
- SINGH, Shenuka; WASSENAAR, Douglas. (2016). "Contextualising the role of the gatekeeper in social science research" *South African Journal of Bioethics and Law*. v. 9, pp. 1:42-46. [Consult. 30-01-2026] Disponível em <https://www.doi.org/10.7196/SAJBL.2016.v9i1.465>
- STEWART, David W.; PREMESHAMDASANI. (2017). "Invited Article: On-line Focus Groups." *Journal of Advertising*, v. 46, n. 1, pp. 48-60. *JSTOR*. [Consult. 30-06-2022] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/26157260>

Melissa de Mattos Pimenta

 <https://orcid.org/0000-0001-7817-6469>
 <http://lattes.cnpq.br/2983516301087100>

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Coordena o Programa de Pós-graduação em Segurança Cidadã (PPGSEG) e o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC). E-mail: melissa.pimenta@ufrgs.br

Revisão técnico-gramatical

Airton Pott¹

Conflito de interesses

A autora declara não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

Financiamento

O presente estudo foi realizado com financiamento externo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), edital PNUD/BRA/007/10 – Boas práticas na Implantação e Implementação dos Sistemas Nacionais para a Infância e a Adolescência, fomento.

¹ E-mail: airton_pott@yahoo.com.br

Uso de IA (obrigatório; declarar uso ou não uso)

Não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial na redação do manuscrito, na análise dos dados ou na elaboração de figuras e tabelas. Houve uso da inteligência artificial Grammarly para verificação da correção gramatical e ortográfica do resumo em inglês. Houve uso da inteligência artificial Gemini para verificação da correção gramatical e ortográfica do resumo em espanhol. Afirmando a responsabilidade integral da autora quanto a eventuais erros na verificação desses dois textos.

Disponibilidade de dados

Todos os dados utilizados e analisados neste estudo estão apresentados no corpo do manuscrito (tabelas, figuras e descrições metodológicas). Não há conjuntos de dados adicionais.

Contribuições de autoria CRediT

Melissa de Mattos Pimenta: Conceitualização (Conceptualization); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Análise formal (Formal analysis); Administração do projeto (Project administration); Redação – rascunho original (Writing – original draft); Redação – revisão e edição (Writing – review & editing).